

CEDI - P. I. B.
DATA 10, 07, 86
COD. WAIÁPI

PROPOSTA DE DEMARCAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA WAIÁPI

T.F. Amapá - 2º DR/FUNAI

janeiro 1984

Dominique Gallois

programa pós-graduação
Antropologia Social/USP
-Museu Plínio Ayrosa -

Sumário

1. Apresentação
2. Descrição da proposta de demarcação e justificativas
3. Mudanças em relação à delimitação do GT/FUNAI 1980
 - memorial descritivo (*)
 - mapa
 - documentação (**)

Anexos:

4. Levantamento antropológico (sinopse)
5. Histórico das invasões na área indígena
6. Histórico das propostas de demarcação anteriores

(*) a grafia dos termos indígenas citados no texto e no mapa corresponde à transcrição utilizada pelo Instituto de Verão (SIL) no programa de alfabetização Waiãpi. Por esta razão parece-nos importante manter tal grafia, reconhecida pelos próprios Waiãpi.

(**) os documentos utilizados nesta proposta são citados no texto pelo número de referência indicado na lista de documentos em anexo.

1. Apresentação

O posto Amapari /2º DR ,instalado entre os índios Waiãpi no T.F.Amapá completou dez anos de existência. De fato, data de 1974 a primeira e única medida - provisória e insuficiente - de proteção do território destes índios (7).

Durante este período de dez anos, o projeto de assistência e de defesa da integridade territorial dos Waiãpi viu-se comprometido pelas pressões territoriais e pelas invasões na área indígena. Situação esta que provocou uma forte redução da área ocupada pelo grupo. A área restante, onde vivem várias comunidades locais, continua seriamente ameaçada. O aumento das atividades de garimpo na região do Araguari/Jari e a existência de grandes projetos de desenvolvimento nessa mesma região do Amapá cria um cinturão que avança sobre a área indígena, colocando em risco a sobrevivência física e cultural dos Waiãpi.

As informações apresentadas a seguir vem comprovar a urgência de medidas efetivas de proteção da área indígena. Acompanham a proposta de demarcação da reserva indígena Waiãpi. Já foram elaborados vários estudos sobre esta área e apresentadas propostas de demarcação, conforme o histórico que transcrevemos em anexo. A situação das terras Waiãpi e as últimas mudanças ocorridas na ocupação destas terras pelas comunidades Waiãpi também estão indicadas em anexo.

2. Descrição da proposta e justificativas

A proposta de demarcação descrita abaixo foi elaborada a partir de levantamentos realizados na área Waiãpi em março e em novembro de 1983. Para definição dos limites da reserva, os índios Waiãpi foram consultados, discutindo-se todos os detalhes da delimitação da área com os representantes de cada uma das comunidades locais. Estes representantes possuem atualmente cópia do mapa, com indicação da delimitação que haviam pleiteado em março. Após nova consulta em novembro, esses limites foram confirmados, exceto algumas pequenas modificações na parte sul da reserva, indicadas no mapa anexo.

A área pleiteada pelos Waiãpi constitui a área mínima para a implantação de uma reserva, pois inclui todas as zonas de ocupação atual do grupo indígena. Não foi incluída a região do rio Cuc, historicamente ocupada pelos Waiãpi, desativada nos últimos dez anos. Por outro lado os Waiãpi fizeram questão de afirmar que esta reserva deve ser uma área integrada, constituída pela bacia do rio Inipuku - o rio de maior importância para o grupo - incluindo suas nascentes até a confluência com o rio Jari e pela bacia do alto rio Felício onde se concentra a maior parte dos atuais aldeamentos.

A área proposta para a demarcação é quase toda delimitada por limites naturais; esses limites correspondem também à zonas de ocupação tradicional onde os Waiãpi efetuam estadias prolongadas para caçar e pescar e onde mantem plantações de grande importância para sua subsistência.

O modo de vida dos Waiãpi, com seu complexo sistema de ocupação territorial, suas atividades de subsistência estão descritas abaixo (item 4.)

Entre os critérios levados em consideração para elaborar esta proposta de demarcação, indicaremos aqui tres aspectos fundamentais para o futuro do povo Waiãpi:

- crescente invasão de garimpos,
- características da organização socio-política dos Waiãpi ,
- um forte crescimento demográfico .

Estes aspectos do modo de vida dos índios Waiãpi são descritos abaixo (item 4) assim como o histórico das invasões na área (item 5);

2.1. Crescente invasão de garimpos na área

O destino do T.F.Amapá parece estar se definindo em torno das promissoras atividades de mineração, especialmente na região dos rios Araguari-Jari; órgãos do governo (RADAM, DNPM, GEBAM) estão promovendo pesquisas minerais nesta área onde foram descobertas importantes jazidas minerais, especialmente a provincia mineral denominada "Nova Carajás" que se sobrepoë às terras ocupadas pelos Waiãpi (38, 41, 42, 44, 45).

Ao mesmo tempo, essa região vive uma recrudescência da atividade de garimpo, especialmente na região do Amapari, acessível pela Rodovia Perimtral Norte, onde novos garimpos - dentro e nos limites imediatos da área Waiãpi - estão sendo explorados (18, 39).

Frente à esta crescente invasão da área indígena e às pressões que empresas de mineração virão em breve exercer sobre as terras dos índios, torna-se imprescindível a demarcação imediata da reserva.

2.2. Organização territorial dos Waiãpi

A principal característica da organização socio-política Waiãpi é a divisão em vários grupos locais. As relações entre cada grupo e sua área de ocupação são definidas pelo termo "wanako" que designa essas comunidades autosuficientes e autônomas, politicamente e economicamente.

Atualmente, os Waiãpi da região do Amapari dividem-se entre 5 grupos locais Mariry, Araça, Aramirã, Ytu-açu e Capoeira que correspondem às principais aldeias atuais (ver p.20). Ocupam áreas diferenciadas mas contíguas, nas quais os membros de cada grupo estão em constante movimento, deslocando-se da aldeia para as habitações de roças e para as zonas de caça e de pesca. Devido à grande mobilidade territorial, à composição e a localização das aldeias é transitória. A estratégia da dispersão e a construção muito frequente de novas habitações constitui um aspecto importante a ser levado em consideração para a delimitação da reserva.

Baseados nestes aspectos da organização territorial dos Waiãpi, os limites do uso da terra são definidos, portanto, pela localização das aldeias, das roças, das áreas de caça e pesca, incluindo também os sítios de ocupação antiga para onde os Waiãpi retornam regularmente e que constituem zonas de reserva faunística onde aproveitam plantações de laranja, pupunha, etc.. Os caminhos trilhados entre todos esses pontos de território são também significativos para a fixação dos limites da reserva, pois servem às suas atividades de subsistência e ao relacionamento entre comunidades locais.

A estrutura socio-política e a organização territorial dos Waiãpi, a necessidade de garantir a subsistência em áreas suficientemente diversificadas e extensas, onde possam desenvolver suas atividades segundo ciclos e métodos que permitam a regeneração do potencial faunístico e do solo, e, finalmente, a necessidade de defesa do território frente às invasões, ocupando zonas estratégicas e de limite, fazem com que os Waiãpi valorizem a ocupação descentralizada de

suas terras, resistindo às várias tentativas efetuadas por funcionários da FUNAI na área, de concentrá-los numa aglomeração próxima do Posto.

2.3. Um forte crescimento demográfico

O crescimento da população Waiãpi nos últimos dez anos foi de 91 indivíduos: de 151 pessoas em 1973 (30) para 242 em 1983 (5).

A distribuição da população por idade evidencia uma proporção muito alta de menores de 15 anos - quase 60 % da população - o que virá no futuro reforçar o aumento da taxa de natalidade:

homens : + 15 anos	54
homens : - 15 anos	70 (sendo 9 com menos de 1 ano)
mulheres: + 15 anos	48
mulheres: - 15 anos	70 (sendo 6 com menos de 1 ano)

3. Mudanças em relação à delimitação de 1980

3.1. Houve uma redução de praticamente 50% da área a ser demarcada em relação à delimitação proposta pelo GT/FUNAI (portaria 677/E) em 1980. Esta redução se deve à mudanças ocorridas na ocupação do território Waiãpi, como também à uma melhor definição dos limites na parte sul da reserva:

oeste: na delimitação de 1980, estava incluída a área do alto rio Jari (da aldeia Molokopote até o rio Cuc) onde vivia a comunidade liderada pelo Capitão Sarapó. Este grupo pretendia instalar-se futuramente no rio Cuc (10,11) antes que fossem obrigados a se transferir para a região do Amapari (16). Essa transferência provocou a dissolução dramática do grupo de Sarapó e as duas áreas, de Molokopote e Cuc, estão atualmente desativadas.

sul : conferimos junto aos índios todos os detalhes (localização dos sítios de ocupação, áreas de caça, pesca, etc..) da delimitação da parte sul da reserva ; os Waiãpi sugerem que a demarcação de suas terras passe pela linha de cabeceiras dos igarapés Mucuru, Iratapuru e Riozinho, protegendo melhor sua área de ocupação na bacia do Karapanaty/Aroã, sem aumentar demasiadamente a área a ser controlada. Na proposta anterior, o limite passava pelo igarapé Mucuru.

3.2. Em relação à área delimitada pela proposta do GT/FUNAI em 1980, que recortava várias bacias fluviais através de linhas secas, a reserva delimitada na presente proposta constitui uma área integrada, formada pelas bacias do rio Inipuku, por seus afluentes da margem esquerda e pela bacia do alto rio Felício. É importante ressaltar neste ponto que a principal exigência dos índios Waiãpi quanto à

delimitação de seu território é a preservação das cabeceiras do rio Inipuku que devem fazer parte, integralmente, da reserva. De fato esta porção do rio Inipuku - situado acima da aldeia de mesmo nome - é uma zona de antiga ocupação Waiãpi (ver mapa histórico (2) onde existem sinais de aldeias e de trilhas antigas; por outro lado, os Waiãpi da aldeia Mariry utilizam atualmente esta zona para realizar expedições de caça e pescarias; finalmente, todos os Waiãpi lembram do período 1980-1981, quando a Mineração Monte Negro provocou - lavando minérios com produtos tóxicos - a poluição das águas do Inipuku, causando a morte de um índio (20,29). Deste fato, os índios estão conscientes da importância de uma efetiva proteção das cabeceiras do rio de maior significação para sua subsistência, e dos desastres ecológicos que a mineração provoca na região.

Memorial descritivo : reserva indígena Waiãpi
municípios Mazagão e Macapá - T.F. Amapá

mapa base: RADAM 1:250.000
toponímia indígena: mapa anexo

norte/oeste:

Partindo da cabeceira do rio Inipuku, num ponto de coordenadas aproximativas $01^{\circ}51'35''N$ e $53^{\circ}04'10''W$, segue por uma linha reta e seca (nº1) até atingir a cabeceira do igarapé Yãkã, afluente da margem direita do rio Inipuku; daí segue pelo citado igarapé no sentido jusante, até a confluência com o rio Inipuku; daí segue pelo mesmo rio Inipuku, no sentido jusante, até a confluência com o rio Jari.

sul:

Deste ponto segue pelo rio Jari no sentido jusante, até a confluência com o igarapé Mucuru, afluente da margem direita do citado rio, num ponto de coordenadas aproximativas $00^{\circ}39'10''N$ e $53^{\circ}07'00''W$; daí segue pelo mesmo igarapé Mucuru no sentido montante até a confluência com o igarapé Kwamary, afluente da margem direita; daí segue pelo citado igarapé no sentido montante, até a confluência de dois igarapés sem denominação, braços formadores do igarapé Kwamary; daí segue pelo igarapé formador da esquerda, no sentido montante, até a cabeceira.

Deste ponto segue por uma linha reta e seca (nº2) até a cabeceira do igarapé Mucuru; daí segue por uma série de cinco linhas retas e secas pela linha das seguintes cabeceiras: do igarapé Kupayr formador do rio Iratapuru (nº3), do igarapé sem denominação formador princi-

pal do rio Riozinho (nº4), do igarapé Pirimayty/Onça, afluente da margem esquerda do rio Felício ou Tucunapi (nº5), do igarapé sem denominação formador secundário do rio Riozinho (nº6) e do igarapé sem denominação formador esquerdo do igarapé Nary afluente da margem direita do rio Riozinho (nº7). Deste ponto, situado na cabeceira do igarapé Nary segue por este mesmo igarapé no sentido jusante até a confluência com o igarapé Ypiñon, afluente da margem direita do igarapé Nary.

leste:

Deste ponto segue por uma linha reta e seca (nº8) até a cabeceira do igarapé Ypirã, afluente da margem esquerda do rio Felício; daí segue pelo citado igarapé, no sentido jusante, até a confluência com o rio Felício; daí segue pelo rio Felício, no sentido montante, até a confluência com o igarapé Kumakary ou Água Preta, afluente da margem direita do rio Felício; daí segue pelo mesmo igarapé Kumakary no sentido montante até a cabeceira; daí segue por uma linha reta e seca (nº9) até a cabeceira do igarapé Kuiu, afluente da margem esquerda do rio Inipuku; daí segue por este mesmo igarapé Kuiu, no sentido jusante, até a confluência com o rio Inipuku; daí segue pelo mesmo rio Inipuku, no sentido montante, até sua cabeceira, marco inicial do presente memorial descritivo.

Documentação

Os números citados no texto fazem referência à numeração dos documentos abaixo.

ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS

- (1) CAMPBELL, A. - Themes for translating: an account of the Waiãpi indians of Amapá, northern Brazil - s.ed. Oxford, 1982
- (2) GALLOIS, D. - Contribuição ao estudo do povoamento indígena na Guiana Brasileira, um caso específico: os Waiãpi - s.ed., São Paulo, 1980
- (3) Os Waiãpi e seu território - BMPEG/Antropologia 80, Belém, 1981
- (4) GRENAND, P. - Introduction à l'étude de l'univers Waiãpi: ethnoécologie des indiens du haut Oyapock - CELAF, Paris, 1980
- (5) POVOS INDÍGENAS NO BRASIL - vol.3: Amapá/norte do Pará - CEDI, São Paulo, 1983

DOCUMENTOS REFERENTES À DELIMITAÇÃO DA ÁREA WAIÃPI: PROPOSTAS DE DEMARCAÇÃO

- (6) CAMPBELL, A. - Some suggestions towards an effective programme of control and protection of the Oyampi reserve - 1976 processo FUNAI/BSB 0447/79
- (7) DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Decreto nº 74.172 de 10.06.1974 sobre a interdição temporária, para fins de pacificação de tres áreas Waiãpi - 57(110):6632, BSB 11.06.1974
- (8) GALLOIS, D. - Reserva indígena Waiãpi: proposta - 1979, processo FUNAI/BSB 3745/79
- (9) - Informações sobre a área indígena do alto Jari e medidas e proteção para a comunidade Waiãpi de Molokopote - 04.12.1979 - processo FUNAI/BSB 5433/79

- (10) Relatório de eleição da área indígena Waiãpi - grupo de trabalho FUNAI /port. 677/E de 15.02.1980 - 16.06.1980 - processo FUNAI/BSB 3745/79
- (11) Relatório complementar à eleição da área indígena Waiãpi - 20.08.1980 - processo FUNAI/BSB 3745/79
- Todas estas propostas de demarcação são acompanhadas de mapa e memorial descritivo ,incluídos nos processos citados.
- (12) Ofício de 05.02.1981 ao Diretor do DGO, referente à demarcação da área Waiãpi - processo FUNAI/BSB 2027/80
- (13) Relatório encaminhado ao Sr.Delegado da 2ºDR em 09.04.1981, referente à situação na área indígena e à questão da demarcação da reserva
- (14)PARISE, F.- Ofício 622/GAB/2ºDR/76 do Delegado Antonio A.Nogueira apresentando relatório do Sertanista Parise sobre uma proposta de demarcação da Reserva Uiapii - Belém 20.12.1976 - processo FUNAI/BSB 06118/76
- (15) Relatório do sertanista F.Parise incluindo uma proposta de reserva para os índios Uiapii, como mapa datado de 12.12.1976 - processo FUNAI/BSB 0447/79
- (16)MISSICO OIAMPI - Ofício nº 01/PI/81 sobre visita da antropóloga Silvia Tafuri e do Sertanista Carvalho à área de Mólôhopote para preparar a transferência do grupo - 24.04.1981

DOCUMENTOS RELATIVOS À INVASÃO DA ÁREA INDÍGENA (GARIMPOS E MINERAÇÃO MONTE NEGRO)

- (17) COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO/SP - Denúncia arbitrariedades ocorridas nas áreas indígenas sob a jurisdição da 2ºDR/FUNAI - nov. 1979
- (18)COMUNIDADE WAIÃPI - informação pessoal - sobre invasões na área de Karawowo(ig.Aroã)em meados de 1983 e sobre invasões na região do Kumakary (Água Preta) em novembro de 1983.

- (19) FOLHA DE SÃO PAULO - Agentes Federais acusados no Amapá (referente ao garimpo na área do Inipuku) -24.05.1977
- (20) GALLOIS,D. - Relatório sobre a eleição da área indígena Waiãpi-17.06.1980 processo FUNAI/BSB 3745/79 (ver ref.10)
"O convívio com garimpeiros", pag.10-11; "a intoxicação no Inipuku" , pag.35; "situação fundiária e invasões", pag.38-40.
- (21) Ofício de 12.07.1982 ao Presidente da FUNAI (histórico das invasões na área Waiãpi no período 1973-1982, citando documentos)
- (22) JUSTIÇA DOS TERRITÓRIOS/T.F.AMAPÁ
processo cível 8.530/77 (ação de reintegração de posse contra Eulino Silva Moreiro - invasão nas áreas do Aimã e do Inipuku)
- (23) processo cível 10.476/79 (o invasor João Batista de Oliveira Costa entra em recurso de agravo contra ação de reintegração de posse pela FUNAI na área do Inipuku)
- (24) processo cível 10.860/80 (ação de reintegração de posse contra João Batista de Oliveira Costa-Mineração Monte Negro invasora da área do Inipuku)
- (25) Diretor da Vara Cível de Macapá ,L.dos Santos Ferreira, arquiva processo 10.860 -Macapá 23.06.1982
(o processo de reintegração de posse movido pela FUNAI foi arquivado por "falta de definição da área indígena").
- (26)AZEVEDO ,C.A.M.- Delegado da 2ºDR/FUNAI - Ofício 505/2ºDR/79 ao Diretor do Museu P.E.Goeldi (informa sobre invasões de garimpeiros na área Waiãpi do Aimã e na área do Inipuku; informa sobre a Mineração Monte Negro, então em início de atividades; relata atuação da FUNAI e da Polícia Federal nessas áreas) Belém,14.12.1979
cópia do OF 460/GAB/79 ao Diretor doDGO de 30.11.1979
- (27)O ESTADO DE SÃO PAULO - Estrada surge antes do contato com os índios (garimpo na área Waiãpi do Karapanaty/Aroã) - 31.07.1973

- (28) O ESTADO DE SÃO PAULO - Funai age contra o garimpo ilegal (sobre o garimpo Tres Pedacos do Aimã) 21.09.1976
- (29) O ESTADO DE SÃO PAULO - Funai contesta denuncias (referente à intoxicação na aldeia do Inipuku provocada pela Mineração Monte Negro) 08.07.1980
- (30) PARISE, F. - Relatório de reconhecimento da região do Amapari - Belém, 11.03.1973 - processo FUNAI/BSB
- (31) PORANTIM - Garimpo invade terras dos Waiãpi (denuncia invasão de várias áreas Waiãpi) set.1981, pag.9
- (32) RADIOTELEGRAMA AMAPARI nº227157 de 15.02.1982 (informa sobre invasão de garimpeiros na área do Aimã e do Pairarã onde os invasores destruíram casas dos índios)
- (33) RADIOTELEGRAMA AMAPARI nº 92 de 01.07.1982 (informa sobre a ida de 30 garimpeiros na área do Karawowo - rio Karapanaty/Aroã - e de um avião diário para esta área; informa nome do invasor)

ESTUDOS GEOLÓGICOS E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O POTENCIAL MINERAL E A EXPANSÃO DA MINERAÇÃO NA REGIÃO ARAGUARI-JARI / AMAPÁ

- (34) BRASIL MINERAL - programa de lavra experimental do ouro (cita tres empresas da CMP e PARANAPANEMA na área Araguari/Jari) ano I/2, dez.-jan.1984, pag.16
- (35) DIÁRIO OFICIAL - seção 1 - Conselho de Segurança Nacional autoriza CPRM pesquisar ouro na Serra do Iratapuru - processo CSN 0945/82 - ano CXX/234, pag.2316 - 13.12.1983
- (36) Conselho de Segurança Nacional autoriza Mineração Amapari Ltda. pesquisar ouro em 5 áreas, uma delas na cabeceira do Araguari - processo CSN 0999/83 - 29.12.1983
- (37) DNPM-Projeto RADAM- Folha NA/NB 22 Macapá - geologia, geomorfologia solos, vegetação, uso potencial da terra - Levantamento de recursos naturais, vol.6 - Rio de Janeiro, 1974

- (38) DNPM - Geologia da região sudoeste do norte do Pará; projeto sudoeste do Amapá - Brasília, 1979
- (39) DNPM/PROSIG - Listagem de dados essenciais referentes à unidade da Federação: Amapá (informações sobre pesquisa mineral, processos de lavra, etc..) - Brasília, 01.11.1983
- (40) JORNAL DO OURO - Áreas livres para requerimento de pesquisa no DNPM: processo 850734 da Cia. Estanho Minas Brasil, no igarapé Cupixizinho/Macapá - Ano I/4, agosto 1983
- (41) O GLOBO - Radam acha nova jazida na Amazônia (jazida denominada "Nova Carajás" nos rios Jari-Paru) 12.06.1982
- (42) - Radam identifica riquezas minerais em áreas indígenas 11.12.1983
- (43) PORANTIM - O pacote contra os índios: saque ao minério nas áreas dez. 1983, pag. 5
- (44) ESTADO DE SÃO PAULO - No Amapá, a mais nova descoberta de minérios - 02.06.1982
- (45) - Jazida pode superar riquezas de Carajás (pesquisa no Amapá, realizada pelo GEBAM) 18.03.1983

DOCUMENTOS SOBRE O POTENCIAL HIDRELÉTRICO NA REGIÃO ARAGUARI-JARI

- (46) MINTER/FUNAI - Plano de ação conjunta Eletronorte/FUNAI - Estudos preliminares - Brasília, junho 1981
- (47) MINTER/FUNAI - Inf. 205/82 - Cronograma da Eletronorte para a atuação em 1982/83 e programa de estudos : plano 2000 - Almeida, M.H. Cunha, Brasília, 19.07.1982

PROPOSTA DE DEMARCAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA WAIÁPI
janeiro 1984

ANEXOS

4. Levantamento antropológico (sinopse)

O modo de vida dos índios Waiãpi, incluindo aspectos demográficos, a descrição do sistema social e das atividades de subsistência encontra-se descrito em diversos trabalhos, as principais fontes de referência sendo (2), (3), (4) e (10). O que segue constitui apenas um resumo das principais características do uso da terra desenvolvido pelos Waiãpi, detalhado no capítulo "waiãpi" do volume 3 da série Povos Indígenas no Brasil (5), nos relatórios que mandei a FUNAI e especialmente nos relatórios de eleição da área indígena de 1980 (10 e 11).

Histórico

Os Waiãpi ocupam, há mais de dois séculos, uma vasta região situada nos confins do Brasil e da Guiana Francesa, delimitada pelas bacias dos rios Jari, Oiapoque e Araguari. As flutuações na ocupação deste território, as migrações antigas e recentes e a grande mobilidade das aldeias na parte sul da área indígena, assim como as relações intra tribais (Amapari/Jari/Oiapoque) são analisadas nas fontes (2) e (9).

Localização

Na Guiana Francesa vivem mais de 400 Waiãpi distribuídos em 5 aldeias à margem do rio Oiapoque; são parentes dos Waiãpi do Brasil que desejam, atualmente, reestabelecer contatos, interrompidos na década dos anos 60.

No lado Brasileiro, é preciso diferenciar três subgrupos territoriais: o grupo do alto Jari/Cuc, o grupo arredio do alto Ipitinga e o grupo principal da região do Amapari, para o qual se destina a presente proposta de demarcação.

O primeiro corresponde ao tradicional grupo do rio Cuc que se dispersou entre 1967 e 1981. A maioria migrou para a Guiana Francesa, os demais foram transferidos, no início da década de 70, pela CPRM e FAB, do Cuc para o alto rio Jari, onde se instalaram na aldeia Molokopota. Após dissensões que causaram a morte de vários membros desse pequeno grupo, a FUNAI decidiu transferi-los para o Amapari. Essa decisão não levava em consideração as dissensões que existiam entre os habitantes dessa última área e o grupo do Jari. Em março de 1981 representantes da 2ª DR visitaram Molokopota e insistiram para que o líder do grupo, Sarapó, se instalasse no Amapari. Em julho Sarapó foi levado até o PIA Amapari e poucos dias depois foi morto - como haviam ameaçado - pelos habitantes dessa área. Os remanescentes do grupo do alto Jari foram transferidos para o Parque Indígena de Tumucumaque (5), (10), (11), (16). A área do Jari-Cuc, após esse desfecho dramático, está totalmente abandonada.

Sobre o grupo arredio do alto rio Ipitinga - afluente da margem direita do rio Jari, Pará - existem apenas informações vagas. Sabe-se que não tem contatos com os índios do Amapari mas que conhecem alguns dos membros do grupo de Moloko-pota. Foram estimados em 80 pessoas que vivem numa única aldeia e fazem incursões nos garimpos do Ipitinga (5).

A região do rio Amapari é portanto a área de concentração atual dos Waiãpi no Brasil. Corresponde à região delimitada, a oeste pelo rio Inipuku, ao sul pelo rio Karapanaty/Aroã e a leste pelos igarapés Nary, Onça e pelo ig. Kumakary / Água Preta, afluentes do rio Felício que desemboca no rio Amapari. A região é extremamente acidentada, com pequenos cursos d'água, poucos deles navegáveis.

A população total do povo Waiãpi, dispersos entre o Tumucumaque, o Oiapoque e o Amapari conta com aproximadamente 707 pessoas.

Atividades de subsistência

Apesar das invasões frequentes na área, pode-se dizer que os Waiãpi dispõem de um território no qual podem desenvolver suas atividades de subsistência segundo padrões tradicionais.

As atividades novas, sejam aquelas promovidas pela FUNAI, sejam as promovidas pelos próprios índios, não adquiriram, ainda, peso suficiente para modificar o ciclo das atividades tradicionais.

Desde os tempos antigos, os Waiãpi são conhecidos como um povo essencialmente agricultor pela grande extensão de suas roças e pela variedade de seus produtos. Atualmente o tamanho médio das roças varia de 1000 m² a 3000 m². Cada roça corresponde a uma família nuclear. Queimar e limpar as roças são atividades coletivas nas quais cada chefe de família é ajudado por outros membros do grupo.

Existe uma série de exigências para a abertura das roças; em primeiro lugar evitam zonas infestadas por espíritos malignos (das árvores, das pedras e de outros acidentes geográficos); evitam lugares conhecidos como áreas de doença (malária) e de pragas (saúva); não usam áreas de forte declive nem atentam para a qualidade dos solos. Finalmente, o aspecto primordial, é que a área aberta deve se situar em zona de floresta primária (kaa'e'e). Todos os anos cada família abre uma clareira nova na floresta. Somente após ciclos longos (10 anos) retornam eventualmente a plantar numa capoeira (kokwer). Essas exigências são as mesmas que determinam a escolha de um local para habitação, pois as roças (ko) devem situar-se - no padrão ideal dos Waiãpi - na proximidade do lugar de habitação. Na realidade, são as roças que determinam o lugar das aldeias.

Os Waiãpi associam as atividades de caça às de pesca e, até certo ponto, também as de coleta, pois exercem todas essas atividades durante a mesma expedição a mata. O peso maior dado a uma ou a outra depende da estação e das características peculiares das zonas frequentadas.

Existem zonas escassas tanto em mamíferos terrestres como em peixe e produtos de coleta, entre as quais: a região cortada pela Perimetral e, em linhas gerais, toda a bacia dos afluentes do Amapari, mais pobre em flora e fauna que a bacia do Jari. Por esta razão é de suma importância a preservação ecológica das zonas de capoeiras, que são zonas de "reserva" faunística.

Os modos de caça dos Waiãpi são bastante diferenciados, dependendo sobretudo das estações. Normalmente, os homens saem e voltam no mesmo dia, após efetuarem percursos de 10 a 30 km. Seguem caminhos prefixados, escolhendo em função da abundância de um ou outro tipo de caça, de pescado e de produtos de coleta.

Promovem também expedições longas que implicam em vários dias de caminhada para atingir os centros acima descritos como "zonas de reserva" e onde permanecem por uma ou mais semanas.

A coleta de pupunha, de laranjas e cacau, a coleta da castanha do Pará é essencial para os Waiãpi, não somente por serem produtos valorizados culturalmente - especialmente a pupunha - mas porque existem importantes castanhais e plantações de laranja e pupunha nas capoeiras velhas dos igarapés Karapanaty/Aroã, no Kumakary/Água Preta e no rio Inipuku, visitados regularmente pelos Waiãpi.

Entre as atividades ligadas ao comércio que estão se desenvolvendo recentemente, destaca-se a confecção de artesanato, impulsionada por alguns dos chefes de posto, desenvolvida por outros. A venda de artesanato, no entanto, é essencial para os Waiãpi que somente através dela obtêm recursos para a compra de munição e outros produtos necessários a sua vida diária: náilon, sal, pano, pilhas, .. Os Waiãpi se queixam constantemente da falta de continuidade nas compras de artesanato e na falta de munição que decorre disso.

Desde 1982 os Waiãpi da aldeia Mariry estão trabalhando regularmente no garimpo do Aimã, denominado antigamente Tres Pedacos, e venderam o primeiro ouro extraído à FUNAI, ficando insatisfeitos - também nesse caso - com a retribuição e a irregularidade das compras. Apesar disto, os Waiãpi pretendem explorar outros garimpos, perto do Aimã e do Inipuku.

População e aldeias

Para se referir ao sistema de ocupação do território desenvolvido pelos Waiãpi, é mais significativo mencionar as "áreas de ocupação" do que as "aldeias", considerando a extrema mobilidade dos membros de cada grupo local dentro de suas respectivas áreas de ocupação.

O grupo local é formado pela associação de várias famílias nucleares constituindo uma parentela local. Na maioria dos casos, são formados pela junção de dois ou mais irmãos com suas respectivas famílias. São grupos politicamente definidos e autônomos, sua estabilidade dependendo da manutenção do equilíbrio e da harmonia entre os membros, função esta atribuída ao chefe do grupo. Os Waiãpi consideram chefe quem fundou um novo centro de habitação, reunindo várias famílias. Como dizem, foi quem "achou" um lugar ideal para instalar seu grupo; normalmente os chefes são os homens mais velhos.

Tendo em vista o fato de que a composição das aldeias é sempre transitória, pode se distinguir entre tres tipos de assentamentos que são situações intermediárias no ciclo de mobilidade territorial:

- a aldeia do tipo tradicional, por exemplo as novas aldeias de Araça e Ytu-açu, com casas permanentes do tipo palafítica, terreiro grande e limpo, roças extensas na proximidade.

- habitações de roça com casas de tipo provisória, dispersas num raio de 3 a 7 km no meio das plantações; reúne membros de um mesmo grupo local em fase de mudança territorial ou a um grupo local em fase de cisão. No primeiro caso, encontram-se os assentamentos do Pairary e de Karawowo.

- habitações reunidas artificialmente nas proximidades de um centro de atração - no caso atual: Aramirã, atual sede do PIA e Mitiko/Taitetua, aldeia abandonada, sede do Instituto de Verão - onde se misturam membros de vários grupos locais, ocupando casas dispersas. São famílias que escolheram, por motivos variados, viver temporariamente perto dos postos. Quase todos possuem outra roça e outra casa em outras áreas de ocupação.

A localização atual das aglomerações dos Waiãpi do Amapari está indicada no mapa e pode ser resumida como segue:

área do Inipuku

grupo local Mariry : aldeia principal
 Pairary
 Araporoty
 Jawarary habitações secundárias e zonas de reserva
 Karapiuty
 Inipuku
 90 pessoas

área do Onça e Karapanaty/Aroã

grupo local Pirimayty/Capoeira: aldeia principal
 Taitetua
 Karawowo habitações secundárias e zonas de reserva
 24 pessoas

grupo local Araça : aldeia principal
 Taitetua
 Ypiñon habitações secundárias e zonas de reserva
 Nary
 29 pessoas

grupo local Ytu-açu : aldeia principal
 Ianypai
 Kumakawyr habitações secundárias e zonas de reserva
 Iã
 Pariaka
 44 pessoas

grupo local Kramirã : sede atual do PIA e "aldeia", com famílias dos grupos locais Pirimayty, Araça, Ytu-açu. visitam todas as outras aldeias e zonas de reserva.
 40 pessoas

total da população do Amapari: 242 pessoas

5. Histórico das invasões na área Waiãpi

5.1. Uma área de mineração:

A área ocupada pelos índios Waiãpi é cortada, de ponta a ponta, pela Rodovia Perimetral Norte (BR 210) que entra - no seu último trecho - por aproximadamente 30 km na área indígena.

Desde a época da construção dessa estrada, agravaram-se os problemas de saúde nas aldeias Waiãpi, abertas a contatos indiscriminados, primeiro com os trabalhadores da Rodovia e depois com os invasores que chegam à área pela estrada.

De fato, as terras ocupadas pelos Waiãpi são relativamente próximas dos centros urbanos (Serra do Navio a 90km e Macapá a 370 km), dos núcleos de colonização ao longo da Perimetral e das áreas de garimpo nos rios Amapari, Riozinho e Jari.

Os invasores são garimpeiros e empresas de mineração, considerando que a região do Araguari-Jari é caracterizada pelas altíssimas potencialidades minerais: cassiterita, ouro, prata, tantalita, etc..

A pesquisa mineral (DNPM, ICOMI) iniciou na área indígena antes da construção da Perimetral Norte e da chegada da frente de atração da FUNAI em 1973. De fato, os primeiros contatos estabelecidos com os Waiãpi - tanto no Jari como no Amapari - foram feitos por turmas de pesquisa mineralógica e por garimpeiros.

A divulgação dos resultados dessas pesquisas provocaram uma corrida ao ouro na região. Já em 1973, quando a FUNAI chegou à área Waiãpi, funcionavam dois garimpos: no igarapé Água Preta e no Aroã (Karawowo). Desde então a graimpagem está aumentando e continuará como atividade em desenvolvimento como pode-se prever com a divulgação recente da existência de importantes jazidas minerais denominadas "Novas Carajás", situadas no interflúvio dos rios Paru - Jari. Nessa região, que engloba a área Waiãpi, estão sendo desenvolvidas pesquisas patrocinadas pelo GEBAM, DENPM e RADAM e as empresas de mineração, como a PARANAPANEMA estão interessadas na exploração dos minérios (39, 41, 42, 44, 45).

5.2. Cronologia das invasões: garimpos e Mineração Monte Negro

Este histórico foi elaborado a partir dos documentos que foi possível consultar, citados em anexo. Em muitos casos, as invasões na área Waiãpi não foram devidamente registradas em relatórios dos funcionários da FUNAI, mas podem ser comprovadas com os depoimentos dos índios. Por outro lado, não há informação suficiente sobre a identificação dos garimpeiros, tarefa de fiscalização que foi também desprezada. Em todos os casos, este histórico é suficiente para evidenciar o aumento dos casos de invasão.

- 1968-70: garimpo de ouro no baixo rio Cuc;
1970-71: garimpo de ouro e gateiros no igarapé Água Preta;
- (27,30) 1971-72: garimpo de ouro "Coco", no igarapé Karapanaty, com 80 homens, desativado com a chegada da frente de atração da FUNAI (Parise: 1973; ESP: 31.7.73);
1974: garimpo de ouro no igarapé Aimã;
1975-76: reativado o garimpo de Karapanaty e os índios são forçados a abandonar a área;
- (19) 1976: novo garimpo no interflúvio Aimã-Inipuku denominado "Três Pedacos", com 35 garimpeiros aproximadamente. Uma operação da FUNAI e a Polícia Federal expulsa os garimpeiros (29.8.1976) que reagem, surgindo um conflito no qual um garimpeiro é morto (FSP: 24.5.1977). Nessa ocasião, foram apreendidos 1.364 gramas de ouro, liberados pela justiça do Território para a FUNAI e "revertidos" em benefício da comunidade indígena (compra de fornos, rádio, máquinas de beneficiar mandioca e infraestrutura do PIA). A FUNAI, por outro lado, entrou com uma ação de reintegração de posse, e uma liminar foi concedida em 29.10.1977; a sentença definitiva que mantém os índios na posse de suas terras foi pronunciada em 17.12.1982 (Processo cível, TFA n.º 8530). Eulino Moreira abriu um processo de ação criminal contra a FUNAI que continua respondendo por este caso;
- (22) 1977: reativado o garimpo no igarapé Água Preta, com 15 homens trabalhando por alguns meses. Doentes, abandonam a área em agosto;
- (28) 1978: os garimpeiros, trabalhando para Eulino Moreira, em represália, atacam a tiros dois funcionários do PIA Amapari, na cidade de Santana, perto de Macapá;
1978: em novembro, uma operação da FUNAI e da Polícia Federal, expulsa 5 garimpeiros do Aroã, onde o garimpo havia sido reativado;
- (20) 1979: a Mineração Monte Negro Ltda., se instala no alto Inipuku, com 120 trabalhadores. Nesse ano calcula-se que foram retiradas do garimpo 50 toneladas de minério (tantalita) e mais 10 estavam estocadas. Trabalhavam com um vão diário para tirar o minério da área. o investimento, até essa data, havia sido de 10 milhões de cruzeiros. A Mineração pertence ao Sr. João Batista de Oliveira Costa. Em novembro, foi realizada uma incursão da Polícia Federal com a presença de um Delegado da Polícia Civil e o advogado da 2.ª DR, para desativar o garimpo e embargar o campo de pouso. A FUNAI deu entrada a uma ação de reintegração de posse em 29.4.1980 (Processo cível, TFA, n.º 16.860). Em 7.12.1979, João Batista de Oliveira Costa entrou com "recurso de agravo de instrumento para o Tribunal Federal de Recursos, objetivando a anulação da ação de reintegração de posse por incabível, contra o agravante, uma vez que se julgava fora da área indígena" (Processo Cível n.º 10.476). Os juízes encarregados do processo solicitaram em ofício à FUNAI o mapeamento da área indígena em litígio. A FUNAI respondeu que a área não estava ainda demarcada e que não se incluía nos limites do decreto de interdição (n.º 74.172 de 10.6.1974). Foram chamados os sertanistas responsáveis pelo PIA, que afirmaram que a área litigiosa não era *habitat* dos índios (fol. 57/58 do processo). Em consequência disso,
- (24) o Juiz arquivou o processo em 14.4.1982, até que seja definida a área indígena; a Mineração continua suas atividades;
- (25) 1980: nesse ano continuam funcionando 3 garimpos na área indígena: na foz do rio Cuc, a Mineração do Alto Inipuku, e o garimpo do Aimã;
- (21) 1981: um novo garimpo é descoberto na zona situada entre o rio Cuc e o rio Inipuku, em sobrevôo do avião da FUNAI; e em

(21) 1982: reativados os garimpos do Karapanaty e do interflúvio Aimã-Inipuku; segundo informações dos índios, os garimpeiros eram financiados por Rogério de Abreu, piloto de Macapá, que os índios consideram parente do Delegado da FUNAI. Os garimpeiros do Karapanaty abandonaram a área rapidamente após doenças que mataram 5 pessoas. Antes de ser desativado, um avião da FUNAI sobrevoou a área e o delegado concluiu que o garimpo estava fora dos territórios indígenas reconhecidos por decreto (Abreu: 1982, ip); os índios, entretanto, afirmam que os garimpeiros estavam no igarapé Karawowo, área de ocupação do Capitão Renato. Outros garimpeiros estiveram no garimpo Três Pedacos, alegando ter autorização da FUNAI e prometendo pagamento aos índios. Desconfiados, os índios funcionários confiscaram o ouro (um vidro de Nescafé cheio) na saída dos garimpeiros, mas o seranista obrigou-os a devolvê-lo.

(32,33) Depois, outros garimpeiros que trabalhavam para Rogério voltaram mas os índios do Mariry impediram-nos de chegar ao garimpo, raptando apenas um dos garimpeiros e obrigando-o a trabalhar e a ensiná-los. O garimpeiro ficou dois meses com os índios e depois fugiu com o ouro. Na passagem, em represália, queimou as casas dos índios, no igarapé Pairary. Desde então, os Waiãpi continuam trabalhando no garimpo Três Pedacos.

fonte: POVOS INDÍGENAS NO BRASIL ,vol.3 : Amapá/norte do Pará
p.133, CEDI, São Paulo ,1983

1983: Os Waiãpi mencionaram a presença de garimpeiros na área de Karawowo e sobretudo na área do Kumakary/Água Preta onde os invasores destruíram plantações de pupunha. Esses últimos garimpeiros estiveram na sede do PIA avisando que iriam se retirar no final de dezembro de 1983. Caso contrário será necessário retirá-los . Ao norte da área, a Mineração Monte Negro continua suas atividades, com vôos semanais para retirada do Minério.

6. Histórico das propostas de demarcação anteriores

- (7) A primeira e única medida de proteção legal para a área indígena resultou na interdição, para fins de pacificação, de três porções do território ocupado pelos Waiãpi, pelo decreto nº 74.172, de 10.06.74 (Diário Oficial da União, ano CXIII, nº 110, pag. 6637). Mas as coordenadas geográficas do "memorial descritivo" que acompanha esse decreto estão duplamente erradas, porque não correspondem nem à realidade geográfica, nem às áreas de ocupação dos Waiãpi (com base numa plotagem sobre a carta planimétrica do PADAM). A interdição dessas áreas descontínuas não respeita as trilhas percorridas para atividade de subsistência dos Índios, nem as zonas utilizadas para movimentos sazonais e para o trânsito entre as comunidades locais.
- (37)
- A partir deste primeiro decreto, uma série de alternativas foram propostas, conforme o seguinte histórico:
- 1º) Em 1976, o antropólogo Alan Campbell elaborou uma primeira proposta de reserva, fundamentando-se na descrição detalhada das áreas de ocupação indígena, respectivamente: Karapanaty, Mariry, Aimã, Massiwa, Inipuku e Onça. Classificava-as segundo o grau de utilização (zonas habitadas, zonas de reserva e zonas recentemente abandonadas). Preconizava a demarcação da totalidade dessas áreas sob a forma de uma reserva contínua e propunha também outra alternativa para a demarcação parcial e provisória da reserva (Campbell: 1976). Este projeto, de fato, colocava-se numa situação específica ao período 1975-1976, quando a sobrevivência física dos Waiãpi se encontrava seriamente ameaçada pela construção da Perimetral então em andamento.
- (6)
- 2º) No mesmo ano, o sertanista responsável pela área, Fiorello Parisé, elaborou uma nova proposta. Conforme este projeto, os limites indicados não abrangiam a totalidade das áreas tradicionais (Karapanaty e Cuc) e somente 80% das áreas efetivamente usadas. Propunha a delimitação de duas áreas separadas, respectivamente, ao norte (Inipuku) e ao sul (Felício), com uma superfície total de 1.470 km² (Parise: 1976). Este projeto também se inseria no contexto dos anos 1975-76, quando a penetração da estrada em toda a área indígena requeria medidas urgentes e quando a invasão de garimpos havia rechaçado os Índios de suas áreas (Karapanaty, Água Preta e Inipuku).
- (14)
- 3º) O mesmo sertanista elaborou mais recentemente (provavelmente em 1977) outro projeto de reserva com a plotação de limites aproximativos, mas que englobam todas as áreas ocupadas e utilizadas pelos Waiãpi do Inipuku e Onça-Karapanaty, atingindo assim uma superfície de aproximadamente 5.000 km². A delimitação sugerida apresentava-se sob a forma de um meio círculo limitado a oeste pelo rio Inipuku.
- (15)

(8) 4º) Em junho de 1979, Gallois apresentou uma proposta de reserva que englobava a área indicada pelos projetos do sertanista acima referido, mas com delimitação das fronteiras por linhas naturais. Além disto, englobava também em continuidade à área do Inipuku, a região do rio Cuc. A superfície proposta cobria aproximadamente 7.000 km². Como as propostas anteriores, esta delimitação não incluía a área do alto rio Jari ocupada por Waiãpi originários do Cuc e, por esta razão, foi complementada com um documento específico, ao mesmo tempo que solicitava, mais uma vez, a formação de um grupo de trabalho da FUNAI para efetuar a "eleição" da área indígena (Gallois: 1979).

O sensível aumento na superfície da área a ser demarcada, como consta das sucessivas propostas acima, resulta de uma maior acuidade no conhecimento da situação da área Waiãpi e do agravamento dos problemas que ocorriam nessa área. A ampliação da reserva se justifica, portanto, pelos seguintes motivos: a absoluta necessidade de preservar as áreas utilizadas para o trânsito entre as aldeias, zonas essas que não se encontravam incluídas nas primeiras delimitações da reserva; e a contenção das ameaças que pesam sobre as terras dos índios, como a Perimetral Norte e a devastação prevista em zonas limítrofes (seja por contratos de risco para exploração da madeira, seja pela instalação de projetos minerais), o que implica na proteção ecológica da área indígena, que somente será obtida através da preservação de uma área contínua.

(10) 5º) Como nenhuma das propostas de demarcação apresentadas à FUNAI respeitava os requerimentos desta Fundação (isto é, formação de um Grupo de Trabalho e levantamentos especializados por um engenheiro-agrimensor), um Grupo de Trabalho foi criado no início de 1980 (Portaria 677/E de 15.02.80), para proceder à eleição da área Waiãpi. Conforme a previsão da FUNAI, esta área seria demarcada até o final do ano de 1980. Durante os meses de março e abril do mesmo ano, o Grupo de Trabalho efetuou os levantamentos necessários na área Waiãpi, apresentando os resultados em relatório datado de 17.06.80 (Gallois: 1980). O problema principal que levou a FUNAI de Brasília a recusar a área proposta pelo GT foi a extensão necessária para incluir o grupo de Moloko-pota. A idéia inicial do GT era que esta área deveria ser integrada ao Parque Indígena de Tumukumaque, considerando-se a proximidade geográfica e a utilização que os índios Wayana do Paru fazem do rio Mapaoni, na confluência do qual se situa o Moloko-pota, para seus deslocamentos comerciais. Entretanto, indo ao local, os membros do GT constataram que as aspirações dos índios visavam, ao contrário, a demarcação da área situada a leste de Moloko-pota, para que lhes fossem assim garantidas as terras situadas entre o rio Cuc, seu local de origem e atual centro de ocupação. Estes Waiãpi, de fato, pretendiam reestabelecer laços com os demais Waiãpi, considerando que não poderiam sobreviver indefinidamente num isolamento que ameaçava sua reprodução como grupo. Neste sentido, uma eventual reocupação do rio Cuc, mesmo sem aban-

(9)

donar Moloko-pota, viabilizaria contatos e alianças com os grupos locais da região do Amapari. A inclusão da área de Moloko-pota sob forma de área contínua ao território a ser demarcado para os demais Waiãpi determina importante aumento na superfície da área a ser reservada, chegando a um total de 9.650 km². Por esta razão, esta primeira proposta do Grupo de Trabalho não foi homologada pelo DGPI-FUNAI.

(11,12)

6º) Em agosto de 1980, como alternativa, o Grupo de Trabalho propôs a imediata demarcação da área de Onça-Karapanaty e do Inipuku, conforme a delimitação já estabelecida pelos trabalhos de eleição da área — isto significa voltar a propostas anteriores —; os limites a oeste seriam delimitados pelo rio Culari, que corre paralelamente ao rio Cuc, a fim de garantir aos Waiãpi esta porção do território tradicional e possibilitar a volta do grupo hoje instalado em Moloko-pota. Evidentemente, esta última alternativa está totalmente condicionada ao acerto de uma solução para esse grupo ocidental, solução esta que se relaciona com a mudança dos limites do Parque Indígena de Tumucumaque, que previa a inclusão da área do Mapaoni (van Velthem: 1980, 22-23).

(16)

7º) Em abril de 1981, a antropóloga Sílvia Tafuri do DGPI/FUNAI foi encarregada de verificar se a delimitação proposta pelo GT, em 1980, correspondia realmente à área pleiteada pelos índios. Em visita de dois dias à sede do PIA Amapari e à aldeia Moloko-pota, a antropóloga fez o levantamento e sua proposta corroborou a delimitação anterior no que diz respeito à área do Karapanaty-Onça e do Inipuku. Quanto ao grupo de Moloko-pota foi decidido, nessa ocasião, que deviam removê-lo para o igarapé Onça, o que foi feito algum tempo mais tarde, com as conseqüências já mencionadas.

8º) No início de 1982, o Delegado da FUNAI em Belém, P. C. de Abreu, após consulta ao Governador do Amapá, propôs demarcar como reserva para os Waiãpi as 3 áreas interditadas em 1974, reunindo-as por linhas secas e através do traçado da Perimetral (Abreu: 1982, ip). Convém lembrar que, conforme a delimitação do Decreto de 74, a aldeia do Inipuku não está incluída nessa área que exclui também outras zonas importantes para os Waiãpi.

fonte: POVOS INDÍGENAS NO BRASIL vol.3: Amapá/norte do Pará p.135-136, CEDI, São Paulo, 1983